

ATA Nº 1458/2016

1 Às doze horas do dia dezessete de fevereiro de dois mil e dezesseis, na rua Siqueira
2 Campos, número mil cento e oitenta e quatro, salas 601 a 606, nesta cidade de Porto
3 Alegre/RS, reuniu-se o Conselho Regional de Economia da 4ª Região/RS, sob a Presidência
4 da Senhora Conselheira Simone Magalhães, com a presença dos Senhores Conselheiros
5 Efetivos Clovis Benoni Meurer, Darcy Francisco Carvalho dos Santos, Eduardo Mendonça
6 de Lima, Fernando Ferrari Filho, Gabriel Picavêa Torres, Jorge Luiz Costa Melo e Marcos
7 Silla Maisonave, dos Senhores Conselheiros Suplentes Alfredo Meneghetti Neto,
8 Aristóteles da Rosa Galvão, Bruno Breyer Caldas, Filipe Grisa e Leandro André Höerlle, Dos
9 Senhores Conselheiros Federais Fernando da Silva Ramos Filho e Henri Wolf Bejzman, do
10 Senhor Assessor de Comunicação, jornalista Jairo dos Santos Raymundo e da Senhora
11 Gerente Executiva Helena Edi Cruz. Dando início aos trabalhos a Senhora Presidente
12 referindo-se à Ata nº 1457/16, da Sessão anterior, solicitou aos presentes aguardarem para
13 que possa ouvir a gravação e sanar uma dúvida. Disse que pretendia fazer isto antes da
14 presente Sessão, mas não conseguiu. Fará após de modo que a mesma possa ser
15 liberada para assinatura e publicação no site do Conselho. O Senhor Conselheiro
16 Fernando Ferrari Filho, solicitando o uso da palavra, disse que, conforme consta no
17 Regimento Interno, a aprovação da Ata deve ser precedida de um discussão prévia de até
18 cinco minutos. Assim sendo, informou ter efetuado algumas observações no texto da Ata,
19 quando de suas manifestações na Plenária anterior, que devem constar na Ata final
20 aprovada. A Senhora Gerente informou que além do Conselheiro Ferrari também
21 encaminharam observações os Senhores Conselheiros Eduardo Mendonça de Lima, Clovis
22 Benoni Meurer, e o Conselheiro Federal Fernando da Silva Ramos Filho. Ainda sobre a Ata,
23 o Senhor Conselheiro Fernando Ferrari Filho solicitou que, conforme foi feito em sua gestão,
24 acatando, inclusive, sugestão de alguns Conselheiros que eram efetivos em 2015, a Ata
25 seja encaminhada para todos os Conselheiros com pelo menos três dias de antecedência da
26 Plenária, porque o recebimento vinte e quatro horas antes da Sessão é exíguo para a leitura
27 atenta da Ata. A Senhora Presidente informou que o procedimento será retomado, e a Ata
28 será enviada para todos os Conselheiros na sexta-feira da semana anterior à da realização
29 da Plenária. **PROCESSOS** – Foram relatados pelo Senhor Conselheiro Fernando Ferrari
30 Filho, e aprovados por todos, os seguintes processos: Registro Definitivo Pessoa Física:
31 Gisele Serante Santana (reg. nº 8390), Juliana de liveira Nascimento (reg. nº 8391), Daiana
32 Franco (reg. nº 8398), Daniele Dressel (reg. nº 8399), Marcio Schulz (reg. nº 8400), Mabel
33 da Silva Bairros (reg. nº 8401), Sabrine Raquel Dockhorn (reg. nº 8402), Camila Alessandra
34 de Lima (reg. nº 8403), Josiane Tais Kich Markus (reg. nº 8404), Marceli Lusía Binsfeld
35 Hammes (reg. nº 8405), Maikel Franus (reg. nº 8406), Gabriel Thome (reg. nº 8392),
36 Stafeania Vaz dos Santos (reg. nº 8393), Tamires Silveira Silva (reg. nº 8394), Guilherme
37 Luiz Julich (reg. nº 8395), Ariana Inês Sachett (reg. nº 8396), Paula Rssana Bock Vieira (reg.
38 nº 9397), Felipe Kuhn (reg. nº 8407), Vinícios Gehm (reg. nº 8408), Kati Franciele de Lima
39 Gihl (reg. nº 8409); Cancelamento Registro Definitivo Pessoa Física por não exercício da
40 profissão: Juan Francisco Braga (reg. nº 7025), Carlos Roberto Fenandez Revével (reg. nº
41 3859), Leandro Henrique de Aguiar Gonçalves (reg. nº 5711), Berenice Kneip de Sá (reg. nº
42 4755), Sandra Beatriz de Aguiar (reg. nº 1961), Paulo Armando Gazzana (reg. nº 3986),
43 Renato Accorsi (reg. nº 4454), e Gilberto Bampi (reg. nº 2160). Foram indeferidos os
44 pedidos de cancelamento de registro dos economistas Ana Claudia Cameranesi Santana
45 (reg. nº 7373), Marciel Kunzler (reg. nº 7070), Elcio da Rocha Carvalho (reg. nº 7562) e
46 Jeverson Peruzzato reg. nº 7909); Suspensão Temporária Registro Definitivo Pessoa Física
47 por desemprego: Talitha Benites de leão 9reg. nº 8320); Cancelamento Registro Definitivo
48 Pessoa Jurídica: Platinum Planejamento Financeiro, Consultoria Financeira e de



49 Investimento Ltda (reg. nº 611 – extinção da empresa); Recurso Pessoa Jurídica para não
50 efetivação de registro: foi indeferido o recurso interposto pela empresa Quarter
51 Investimentos, Administração de carteiras Valores Asset Management Ltda (processo nº
52 21.528); Aplicação de Multa por exercício ilegal da profissão: Adriano Luis Beuren, Carlos
53 Alberto da Silva Martin, e Nova Cabistani Helmann & Schneidemandel – Consultoria e
54 Assessoria em políticas Públicas Ltda. Finalizando, o Senhor Conselheiro Fernando Ferrari
55 Filho ressaltou que o relatório dos processos não se fez acompanhado da planilha com dados
56 referentes ao número de Pessoas Físicas e Jurídicas ativas e em dia, e outros dados que
57 permitam uma análise da evolução dos registros e cancelamentos. O Senhor Conselheiro
58 Clovis Benoni Meurer destacou que na Plenária anterior havia solicitado que constasse no
59 relatório uma coluna na qual os Conselheiros, ao receberem o documento anecpadamente á
60 Plenária saibam quais os processos deferidos e os indeferidos. A Senhora Presidente
61 informou que estará disponível para a próxima Plenária. Paa esta, o relatório foi elaborado
62 pelo Fiscal deste CORECON, em face de férias da funcionária do setor de registros,
63 Michelle Gomes. **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015** - Nos termos do
64 Regimento Interno, a Senhora Presidente passou de imediato a palavra para o Senhor
65 Conselheiro Jorge Luiz Costa Melo, presidente da Comissão de Tomada de Contas (CTC)
66 deste Regional, para proceder a uma exposição sobre os documentos apensos ao processo
67 nº 21.822/16, referente à Prestação de Contas do exercício de 2015, o que foi feito, tendo
68 destacado que o processo foi verificado pelos demais membros da Comissão, Conselheiros
69 Eduardo Mendonça de Lima e Marcos Silla Maisonave. Disse que na sua análise não
70 constatou qualquer problema em relação à documentação, e sobre o déficit orçamentário no
71 valor de R\$ 17.382,85 (dezesete mil trezentos e oitenta e dois reais e oitenta e cinco
72 centavos) diz respeito ao pagamento de um resíduo de honorários sucumbenciais relativo
73 ao processo trabalhista pago em 2014, sobre o qual este CORECON foi notificado ao
74 pagamento em 2015. Para a justificativa do citado déficit será elaborada pela Contadora
75 uma nota técnica acompanhada da decisão judicial, respectiva, e estes documentos serão
76 apensos ao processo da prestação de contas. Referindo-se à receita destacou que do valor
77 orçado de R\$ 1.735.000,00 (um milhão setecentos e trinta e cinco mil reais) foi realizado o
78 valor de R\$ 1.673.172,11 (um milhão seiscentos e setenta e três mil cento e setenta e dois
79 reais e onze centavos) o que corresponde a 96,44% (noventa e seis vírgula quarenta e
80 quatro por cento), e em relação à despesa também orçada no mesmo valor da receita, foi
81 realizado o total de R\$ 1.690.554,96 (um milhão seiscentos e noventa mil quinhentos e
82 cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos). Disse que embora o comparativo em
83 relação aos dois anos anteriores não tenha vindo impresso pela Contadora para a presente
84 Sessão, buscou informar-se com ela tendo sido o seguinte: a receita a despesa orçada nos
85 exercícios de 2013 e 2014 foi a mesma de 2015, ou seja, R\$ 1.735.000,00 (um milhão
86 setecentos e trinta e cinco mil reais). Em 2013 a receita realizada foi de R\$ 1.408.427,15
87 (um milhão quatrocentos e oito mil quatrocentos e vinte e sete reais e quinze centavos) e a
88 despesa executada foi de R\$ 1.312.000,59 (um milhão trezentos e doze mil reais e
89 cinquenta e nove centavos); já no exercício de 2014 a receita realizada foi de R\$
90 1.452,796,31 (um milhão quatrocentos e cinquenta e dois mil setecentos e noventa e seis
91 reais e trinta e um centavos) e a despesa no total de R\$ 1.556.123,37 (um milhão
92 quinhentos e cinquenta e seis mil cento e vinte e três reais e trinta e sete centavos. No
93 comparativo, em termos nominais, 2015 apresentou um bom desempenho, que poderia ser
94 melhor não fosse a despesa que gerou o déficit antes mencionado. O Senhor Conselheiro
95 Eduardo Mendonça de Lima destacou que muitos itens não ficaram claros, tendo inclusive
96 repassado-os por e-mail. Sobre os questionamentos do Conselheiro Eduardo Mendonça, o
97 Senhor Conselheiro Fernando Ferrari Filho, Presidente do CORECON em 2015, reiterou
98 que o pagamento ao Hotel Plaza São Rafael, referente ao Evento Economista do Ano,
99 comumente é realizado via boleto no início de janeiro. Nesse sentido, o Hotel Plaza São
100 Rafael enviou o boleto para o Corecon-RS somente no início deste ano. O Senhor



101 Conselho Aristóteles da da Rosa Galvão ressaltou que o Hotel Plaza trabalha desta
102 forma, e sugeriu que o CORECON decida se mantém a parceria com o pagamento como
103 vem ocorrendo, ou muda o local da premiação, de modo que a Nota e o pagamento fiquem
104 no exercício de sua competência. Retomando o uso da palavra, o Senhor Conselheiro
105 Fernando Ferrari Filho ressaltou que a rubrica relativa às “premiações” no valor gasto de R\$
106 26.856,03 (vinte e seis mil oitocentos e cinquenta e seis reais e três centavos) diz respeito
107 aos gastos com o ENESUL e o Torneio CORECON/RS de Economia. Aproveitou para dizer
108 que, inicialmente havia sido orçado um gasto de cerca de R\$ 70.000,00 (setente mil reais)
109 para o ENESUL, mas ao final o referido Evento teve custos e receitas de, respectivamente,
110 R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais). Ademais, disse que
111 desde 2014 não há gastos com “premiações de monografias, artigos científicos e
112 dissertações”, e que, portanto, a atual nomenclatura da rubrica deve ser retificada. No que
113 se refere à rubrica “Incentivos à Educação” estão os patrocínios concedidos à ANPEC-Sul,
114 conforme Ata n° 1443/15, cuja Sessão o Conselheiro Eduardo Mendonça não estava
115 presente, e UCS e Faurgs-PPGE-UFRGS, conforme, respectivamente, Atas n° 1444/15 e n°
116 1452/15, cuja Sessões o Conselheiro Eduardo Mendonça estava presente. Nesse sentido,
117 o Conselheiro Fernando Ferrari Filho disse ser admissível que o Conselheiro Eduardo
118 Mendonça tenha dito que não se lembrava das aprovações destes incentivos, mas jamais
119 poderia ter tido que leu as Atas, conforme afirmou, pois se as tivesse lido teria verificado não
120 sorhente as aprovações dos recursos para financiar os eventos destas Instituições, mas
121 teria constatado que estava presente na maioria das Plenárias em que os recursos para
122 “Incentivos à Educação” foram aprovados. O Conselheiro Fernando Ferrari Filho disse,
123 ainda, que o Conselheiro Eduardo Mendonça deve ser mais responsável e fundamentado
124 em suas afirmações. O Senhor Conselheiro Eduardo Mendonça de Lima solicitou a
125 apresentação das Atas, e o Conselheiro Fernando Ferrari Filho destacou que todas as Atas
126 estão disponíveis no site deste CORECON de onde coletou as mesmas, e sugeriu que ele
127 fizesse o mesmo. Ademais, sugeriu que ele as consultasse, assim como a consulta foi feita
128 por ele (Conselheiro Fernando Ferrari Filho). No que diz respeito à aplicação em Ourocap, o
129 Conselheiro Fernando Ferrari Filho destacou que ela foi feita em dezembro de 2013 pelo
130 Presidente Leandro Antonio de Lemos, aconselhado pelo ex-Conselheiro Carlos Alberto da
131 Rosa Abel. Disse que é estranho o Conselheiro Eduardo Mendonça se referir à aplicação
132 equivocada do Ourocap somente agora, principalmente pelo fato de que (i) em 2013 ele era
133 Conselheiro Suplente e (ii) em 2015 ele era membro da CTC do Corecon-RS. Em outras
134 palavras, segundo o Conselheiro Fernando Ferrari Filho, o Conselheiro Eduardo Mendonça
135 deveria ter se manifestado contrário à referida aplicação financeira há muito tempo, e não
136 agora. Ressaltou, ainda, que em 2015, por uma sugestão do Conselheiro Alfredo
137 Meñeghetti Neto a aplicação não foi renovada, mas apenas mantida até final do contrato, de
138 modo que o rendimento final não fosse perdido. O Senhor Conselheiro Eduardo Mendonça
139 também apresentou análise que realizou, onde começou assinalando que as reservas
140 bancárias há cerca de um ano eram de cerca de R\$ 600 mil, e que foram sendo solapadas
141 para o cumprimento de despesas ao longo dos meses, comprovando uma situação que já
142 vem ele alertando há pelo menos 3 anos, o cruzamento entre receitas e despesas, com a
143 ascendência dessa última sobre a primeira. Apontou uma diferença entre dados que estão
144 contabilizados e fluxo de depósitos e saques da principal conta bancária do Banco do Brasil.
145 Apontou que o fluxo bancário é menor em cerca de R\$ 44 mil para depósitos em relação à
146 receita contabilizada, e de cerca de R\$ 62 mil para resgates em relação às despesas que
147 foram contabilizadas. Mencionaou ser estranho, pois a conciliação bancária admite
148 pequenas variações, para mais ou para menos em trono de 3%, considerando-se nesse
149 percentual despesas bancárias, IOF, taxas, spreads, etc. Destacou que fora realizada
150 transferência de recursos de uma segunda conta do Banco do Brasil para a conta principal,
151 tão somente para a cobertura de despesas sem a necessária correspondência em receitas.
152 Enumerou que essa forma de gestão está “quimando” ativos financeiros. Saliu que isto



153 precisa ser apurado antes de ser aprovado, em que também rechacou pressões à CTC por
154 conta de prazos relacionados à entrega do relatório de contas. Relatou que isso já ocorrera
155 em anos anteriores e que não mais seria tolerada essa ingerência; e que agora o
156 COFECON esperasse o tempo que fosse necessário ao adequado cumprimento e
157 esclarecimento de uma situação que pode vir a configurar inadequada gestão financeira.
158 Solicitando uso da palavra, o Senhor Conselheiro Marcos Silla Maisonnave destacou que
159 na prestação de contas 2015 o valor dos bens patrimoniais está pelo preço de aquisição, e
160 como há depreciação solicitou que neste exercício de 2016 seja realizada uma reavaliação
161 dos bens. A Senhora Presidente informou que isto será feito, e no caso da sede do
162 Regional, mediante licitação de uma empresa especializada no assunto. Finalizando, o
163 Senhor Conselheiro Marcos Silla Maisonnave ressaltou a importância de no próximo
164 orçamento ser revisto o valor das receitas em relação às de Pessoa Jurídica, haja vista que
165 o valor previsto para 2015 não foi realizado, tendo sido compensado pelo ingresso de
166 receita de Pessoas Físicas. Destacou que o resultado final foi bom, mas entende que deve
167 haver este ajuste para o próximo exercício. O Senhor Conselheiro Clovis Benoni Meurer
168 cumprimentou o Conselheiro Fernando Ferrari Filho pelo excelente trabalho realizado em
169 2015, uma vez que exceto o déficit, cuja origem já foi esclarecida, no seu entendimento,
170 houve superávit, porque os números comprovam um ingresso maior de receitas e uma
171 redução considerável nas despesas. O Senhor Conselheiro Bruno Breyer Caldas discordou,
172 porque se houve déficit não pode ter havido superávit. O Senhor Conselheiro Clovis
173 ressaltou que é uma questão de interpretação dos dados. O Senhor Vice-Presidente Darcy
174 Francisco Carvalho dos Santos informou que no balanço orçamentário de 2015, conforme
175 consta no site deste CORECON há um ingresso de receita extraorçamentária de mais de
176 dois milhões de reais, e ficou na dúvida se o lançamento como apresentado ocorreu em
177 razão do novo sistema contábil, ou, um se houve equívoco no lançamento. O Senhor
178 Conselheiro Aristóteles da Rosa Galvão ressaltou, considerando o valor, que pode ser valor
179 da dívida ativa. O Senhor Vice-Presidente contestou porque se houve ingresso do valor
180 deveria estar presente nos extratos bancários, e isto iria gerar um superávit muito além de
181 qualquer expectativa. Também, ficou em dúvida com relação aos gastos com pessoal, se o
182 CORECON segue o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme ocorre com
183 outros Órgãos Públicos, por poder. Tendo-se como parâmetro o poder executivo Municipal,
184 Estadual e Federal, em que o limite é 50% (cinquenta por cento), numa avaliação sobre a
185 folha deste Conselho o limite já estaria acima. Para elucidar a obrigatoriedade ou não de
186 seguir um limite, sugeriu uma consulta ao COFECON e ao TCU. O Senhor Conselheiro
187 Aristóteles da Rosa Galvão informou que conforme o TCU os Conselhos de Fiscalização por
188 possuírem receita própria e não estarem vinculados ao Orçamento da União, não ficam
189 obrigados a este dispositivo da LRF para gastos com pessoal, seguindo cada Conselho o
190 seu próprio Orçamento. Neste sentido, quando participou da Comissão Especial sobre o
191 Plano de Cargos e Salários (PCS) deste Regional, juntamente com outros Conselheiros, a
192 proposição da Comissão foi para o desenvolvimento de ações que visem um ingresso maior
193 de receita e um "estoque" maior de registros. O Senhor Conselheiro Gabriel Picavêa Torres
194 ressaltou que ainda assim deve haver uma consulta ao TCU, para garantir que o CORECON
195 proceda de forma correta. O Senhor Vice-Presidente informou que após a presente Sessão,
196 a título de reflexão para o futuro, enviará para todos via e-mail a sua análise acerca da
197 Prestação de Contas 2015. Após debate, os Senhores Conselheiros Jorge Luiz Costa Melo
198 e Marcos Silla Maisonnave, considerando que as recomendações apresentadas em relação
199 são mais questões de forma do que de mérito, emitiram parecer favorável à aprovação da
200 citada Prestação de Contas. Na sequência, antecipadamente à votação da citada Prestação
201 de Contas, a Plenária acatou a sugestão do Senhor Conselheiro Suplente Leandro André
202 Höerlle para eleição de um Conselheiro Suplente para substituir o Conselheiro Efetivo Derly
203 Cunha Fialho na votação. Foi eleito o Senhor Conselheiro Aristóteles da Rosa Galvão. A
204 seguir, a Senhora Presidente submeteu à votação dos presentes a citada Prestação de



205 Contas sobre a qual o Senhor Conselheiro Fernando Ferrari Filho se absteve de votar haja
206 vista que a mesma diz respeito ao exercício em que presidiu o CORECON. O Conselheiro
207 Eduardo Mendonça de Lima votou contrário à aprovação das contas trimestrais, desde que
208 seus apontamentos levantados sejam esclarecidos por escrito, seja revisto e contabilizado
209 adequadamente o déficit apontado, apontado em torno de R\$ 17 mil e que, em verdade, é
210 de cerca de R\$ 40 mil, bem como apuradas as diferenças entre fluxo bancário de depósitos
211 e saques vis a vis o que está contabilizado a maior. Estando tudo equalizado, manifestou-se
212 a favor da aprova. Os demais Conselheiros votaram pela aprovação com as seguintes
213 recomendações: 1) que a Contadora junte ao processo a nota técnica sobre o déficit
214 orçamentário corrido, e por sugestão do Conselheiro Aristóteles da Rosa Galvão, que na
215 Nota Técnica conste que não foi orçado o valor do déficit em razão de tratar-se de valor de
216 exercício anterior; 2) que a Contadora apresente a prestação de Contas nos extaos termos
217 exigidos pelo COFECON, conforme disposto no manual, respectivo, conforme observado
218 pelo Vice-Presidente Darcy Carvalho dos Santos. O Senhor Conselheiro Eduardo Mendonça
219 de Lima destacou a importância da retomada do fluxo de caixa, haja vista tratar-se de
220 ferramenta imprescindível à CTC e ao CORECON/RS. Resaltou que desde a implantação
221 de novo sistema contábil, apesar da informação de que gera o referido fluxo, até o momento
222 não foi apresentado. A Senhora Presidente informou que este assunto entrará numa das
223 Comissões de Trabalho assunto que será tratado mais adiante nesta Sessão. Finalizando, o
224 Senhor Conselheiro Fernando Ferrari Filho reiterou sugestão, a qual foi acatada por todos,
225 para a substituição urgente da empresa que presta os serviços de Contadoria para este
226 Conselho, porque, conforme já dito em Plenárias anteriores, a mesma não vem atendendo o
227 CORECON de maneira satisfatória. A Senhora Presidente ressaltou que este assunto
228 também entrará numa das Comissões, e mesmo que a atual empresa continue será exigido
229 da mesma um cronograma para de apresentação dos documentos, reuniões, etc.
230 **PROPOSTA DE NÃO REELEIÇÃO DE PRESIDENTE E VICE DO CORECON** – A Senhora
231 Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro Fernando Ferrari Filho, autor da
232 proposta, que a justificou como forma de oportunizar a todos os Conselheiros que são
233 eleitos, quando da renovação de 1/3 dos membros efetivos de conselheiros, a possibilidade
234 de pleitear a presidência do Conselho. Para ele, qualquer Conselheiro eleito Presidente do
235 Conselho poderia ser reconduzido à presidência (somente em mais um mandato) somente
236 quando, ao ocorrer a renovação de 1/3 dos membros efetivos do Conselho, ele fosse
237 reeleito Conselheiro Efetivo para um novo triênio. A Senhora Presidente ressaltou que abrir
238 mão da reeleição é opção de cada um, e que no caso de retorno como Conselheiro após um
239 tempo não basta que a pessoa queira, há um percurso a ser cumprido. O Senhor
240 Conselheiro Gabriel Picavêa Torres discordou da proposta dizendo que, no seu
241 entendimento, um ano é tempo exíguo para fazer o que é necessário, sobretudo, se o(a)
242 Presidente estiver fazendo uma boa gestão. O Senhor Conselheiro Federal Henri Wolf
243 Bejzman informou que conforme o Regimento Interno, as alterações no mesmo devem ser
244 submetidas ao COFECON, após deliberadas em duas Sessões seguidas nos Regionais de
245 Economia. Informou sobre a proposta de um outro CORECON para eleições no Sistema a
246 cada dois anos, e que a mesma foi indeferida em face da falta de amparo legal, haja vista
247 que a atual legislação que norteia o Regimento Interno dispõe sobre eleições anuais. Assim,
248 primeiramente deveria haver alteração na Lei. Ao final, após breve debate, por sugestão do
249 Senhor Conselheiro Leandro André Höerlle, o assunto da não reeleição poderá ser tratado
250 em uma das Comissões de Trabalho. Disse que ano passado ficou responsável por um
251 estudo visando a alteração do Regimento deste Regional, mas em seguida com o início do
252 processo eleitoral não deu prosseguimento por considerar inoportuno. A Senhora Presidente
253 ressaltou a necessidade de uma revisão no Regimento deste CORECON haja vista que é
254 muito genérico e oferece margem para várias interpretações. **FORMAÇÃO DAS**
255 **COMISSÕES DE TRABALHO DO CORECON/RS** – A Senhora Presidente reiterando e-mail
256 encaminhado para todos os Conselheiros, fez uma breve introdução acerca de sua proposta



257 para a formação das Comissões, destacando a junção de assuntos de acordo com as
258 temáticas conforme segue: 1. **COMISSÕES DE TRABALHO - 1.1. COMISSÃO DE**
259 **PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - 1.1.1. Comunicação -**
260 1.1.1.1. Boletim semanal; 1.1.1.2. Site; 1.1.1.3. Redes sociais; 1.1.1.4. Mídia externa;
261 1.1.1.5. Banco de dados Economistas; 1.1.2. Atendimento ao economista (ouvidoria e
262 jurídico); 1.1.3. Interiorização; 1.1.4. Convênios institucionais; 1.1.5. Encontro dos
263 coordenadores de cursos; 1.1.6. Formaturas e relação com formandos. Destacou que o
264 foco é a comunicação haja vista que a pesquisa de clima realizada recentemente aponta
265 problemas nesta área. Em relação ao atendimento ao economista é necessário que haja
266 ouvidoria. Atualmente as demandas têm sido enviadas ao e-mail da presidência. Em
267 relação às formaturas, que o CERECON se faça presente em todas, e que em face de estar
268 em férias, tem atendido todas as demandas neste período. Também ressaltou a importância
269 de que previamente à colação de grau, na reunião com os formandos, um Conselheiro
270 acompanhe os fiscais, para falar mais sobre a profissão numa abordagem que contemple a
271 importância do registro profissional de forma mais motivadora. Visando otimizar os
272 procedimentos para o registro dos formandos, que muitas vezes acabam não encaminhando a
273 documentação necessária, informou estar sendo providenciado um scanner de mão para
274 que os fiscais possam levar e trazer a documentação completa, inclusive a foto, para a qual
275 efetuou a doação para este Regional de uma câmera de pequeno porte; **1.2. COMISSÃO**
276 **DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - 1.2.1. Procedimentos Internos e fluxos;**
277 1.2.2. Sistemas de informação; 1.2.3. Fiscalização, Cobrança e Registros -
278 1.2.3.1. Redução do índice de inadimplência; 1.2.3.2. Redução do índice de
279 cancelamentos e retenção de registrados; 1.2.3.3. Intensificação da fiscalização;
280 1.2.4. Contabilidade e Auditoria; 1.2.5. Financeiro; 1.2.6. Orçamento; 1.2.7. Patrimônio;
281 1.2.8. Jurídico; 1.2.9. Regimento interno; 1.2.10. Licitação; Destacou que a questão do
282 fluxo de tarefas já está sendo tratado, de modo que fique registrado e facilite a cobertura de
283 um funcionário ao outro quando necessário e também quando do ingressos de novos.
284 Ressaltou também a importância de o Conselho ter um fluxo de caixa e apreendido em cada
285 Plenária de forma que se saiba até aquela data o quanto houve de receita, as despesas
286 pagas, quanto do valor foi aplicado, qual o rendimento, etc. Em relação às aplicações
287 financeiras informou estar verificando alternativas aplicáveis ao setor público que não seja
288 apenas em poupança e nem em outras modalidades cujo rendimento fique no patamar da
289 mesma. Também, um sistema de informação mais efetivo, atualmente sob a
290 responsabilidade de um profissional ocupando cargo em comissão (CC). No que diz respeito
291 ao setor jurídico, considerou importante estabelecer metas, e da mesma forma em relação à
292 fiscalização e cobrança, ressaltando que embora o ótimo trabalho que vem sendo
293 desenvolvido por estes dois setores há muito ainda a ser feito. Enfim, estabelecer um plano
294 geral de objetivos e metas. **1.3. COMISSÃO TOMADA DE CONTAS;**
295 **1.4. COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, ESTUDOS E PESQUISAS - 1.4.1. Cursos Internos;**
296 1.4.2. Convênios de Cooperação Técnica (pós graduação e extensão); 1.4.3. Encontro
297 de Cursos; 1.4.4. Programa EAD; 1.4.5. Grupo interno de pesquisa e publicações;
298 1.4.6. Programa de Educação Financeira. Destacou e relação aos cursos que conforme se
299 informou junto ao COFECON os mesmos podem ser ministrados pelo CORECON e na sua
300 sede, terminando assim com um ruído de comunicação que havia e relação a este assunto.
301 Os cursos serão oferecidos dentro de um cronograma que está trabalhando com o Vice-
302 Presidente Darcy Francisco Cavalho dos Santos. Para estes cursos os Conselheiros que
303 desejarem participar como docentes não serão remunerados a qualquer título. Ressaltou
304 que podem continuar como docentes em outros cursos fora do CORECON e não
305 promovidos pelo Conselho; **1.5 COMISSÃO DE EVENTOS - 1.5.1. Economia em Pauta;**
306 1.5.2. Prêmio Economista do Ano; 1.5.3. Dia do Economista; 1.5.4. CAAPPEE. A Senhora
307 Presidente informou sobre o interesse de economistas não Conselheiros em participar das
308 Comissões, o que entende ser uma colaboração enriquecedora. O Senhor Conselheiro




309 Leandro André Höerlle destacou que as Comissões integradas tanto de economistas não
310 Conselheiros assim como por Conselheiro Suplentes deve ser coordenada por um
311 Conselheiro Efetivo. O Senhor Conselheiro Fernando Ferrari Filho se candidatou para
312 integrar a Comissão de Eventos e, ao cumprimentar a Senhora Presidente pelo formato das
313 Comissões, perguntou se o Corecon Acadêmico estava contemplado em alguma das
314 Comissões. A Senhora Presidente ressaltou que o assunto não consta nas Comissões
315 apresentadas por um problema de edição e impressão, mas será certamente contemplado
316 numa delas, provavelmente na 1.4. Como a resposta da Presidente Simone Magalhães foi
317 positiva, ficou contente em ver que a proposta apresentada por ele em 2015, qual seja, de
318 incorporação do Corecon Acadêmico a outra comissão, acabou sendo reconhecida, mesmo
319 que tardiamente, por aqueles que o criticaram em Plenária e em redes sociais – diga-se de
320 passagem, nessas últimas, alegavam, equivocadamente, que o Corecon Acadêmico havia
321 sido extinto na gestão 2015. O senhor Conselheiro Marcos Silla Maisonnave colocou-se à
322 disposição para a Comissão 1.4. O Senhor Conselheiro Aristóteles da Rosa Galvão para a
323 1.1 e a 1.5. O Senhor Conselheiro Federal Henri Wolf Bejzman se dispôs a integrar a
324 Comissão 1.5. nasequência, por sugestão da maioria, o Regimento Interno sai da Comissão
325 1.2 e passa para a Comissão 1.1. A seguir, a Senhora Presidente disse que após a presente
326 Sessão enviará o rol das Comissões para todos os Conselheiros, via e-mail, com as
327 observações feitas na presente Sessão, e para que indiquem em qual ou quais desejam
328 participar. **SOLICITAÇÃO DE PATROCÍNIO AO ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA**
329 **2016** – O Senhor Conselheiro Fernando Ferrari Filho relatou o processo contendo a referida
330 solicitação no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), apresentada pela PUCRS e pela FEE,
331 e considerando que na rubrica “Investimentos para Educação” do Orçamento do CORECON
332 há disponibilidade de R\$ 3.000,00 (três mil reais) votou favorável à concessão do
333 mencionado valor. Os presentes concordaram. **INFORMES DA PRESIDÊNCIA** a) Relato
334 sobre reunião ampliada do COFECON: a Senhora Presidente efetuou o relato informando
335 ter sido uma experiência gratificante, tendo sido uma oportunidade para conhecer os
336 Presidentes dos outros Regionais de Economia e criar uma forma de interatividade entre
337 todos, no momento via grupo grupo no whatsapp, e trocar idéias e experiências. Destacou a
338 boa receptividade do Presidente e Vice do COFECON às iniciativas deste CORECON, e a
339 expectativa de que se possa avançar em muitas questões de interesse não apenas do
340 CORECON, mas da categoria dos economistas em nível nacional. Entre as ações, a
341 programação para o Dia do Economista. Na referida reunião também marcou presença o
342 Conselheiro Federal Henri Wolf Bejzman; b) Reuniões Institucionais: a Senhora Presidente
343 relatou a visita feita à FECOMÉRCIO, onde foi muito bem recebida pelo Presidente Luiz
344 Carlos Bohn e Patrícia Palermo Ulmann, Economista Chefe da Assessoria Econômica
345 daquela Federação, sendo mais uma porta aberta à parceria com esse Conselho. Reiterou
346 convite aos Conselheiros para acompanhá-la nas próximas, conforme agenda enviada, a
347 qual será atualizada junto a todos na medida que as visitas forem sendo confirmadas; c)
348 Sala de Imprensa: a Senhora Presidente informou que será no “espaço estar” nesta Sala de
349 Plenárias, que terá na parede ao fundo um banner tos tomado pela lomarga do
350 CORECON;RS de modo que não haverá perda de foco da mesma quando do
351 enquadramento, como ocorre atualmente. O espaço tem como bjetivo realizar todas as
352 entrevistas possíveis dentr do proprio Conselho, com divulgação ampla da sua logomarca; d)
353 Formaturas: a Senhora Presidente informou sobre sua participação na formatura dos alunos
354 de Ciências Economicas da FURG, na qual foi acomanhada pelos Conselheiros Aristóteles
355 da Rosa Galvão e Eduardo Mendonça de Lima e pelo Conselheiro Federal Henri Wolf
356 Bejzman, e destacou a importância de o CORECON se fazer presente nessas ocasiões,
357 porque o retorno é muito gratificante. Disse que os interessados pagam suas despesas
358 como tem ocorrido, ficando apenas as dela por conta do COECON. O Senhor Conseheiro
359 Aristóteles da Rosa Galvão rrsatou que além de o CORECON prestigiar os formandos, os
360 novos economistas, também é oportunidade de desfazer qualquer mal entendido nas



361 relação institucionais entre este Conselho e as IES, como ocorreu com a FURG; e)
362 Pesquisa de clima junto a categoria: a Senhora Presidente informou que a citada pesquisa
363 até o momento tem um retorno de aproximadamente trezentos economistas, e antecipou
364 que o mais evidente o problema na comunicação entre o Conselho e a categoria. Assim,
365 solicitou ao Assessor de Comunicação deste CRECON, jornalista Jairo dos Santos
366 Raymundo para a elaboração de um Plano de Comunicação para este CORECON, o qual
367 vai ser acompanhado no âmbito da Comissão de Trabalho, respectiva; f) Reunião com
368 coordenadores dos cursos de Ciências Econômicas: a Senhora Presidente informou sobre a
369 retomada desta reunião, que infelizmente não avançou para além de duas ou três no
370 passado, e destacando a importância desta aproximação, encaminhou e-mail para todos os
371 coordenadores convidando-os para a primeira reunião programada para o dia 13/04/16, na
372 sede deste CORECON. A ideia é realizar duas ao ano; uma a cada semestre; g) Receitas
373 janeiro/2016: a Senhora Presidente informou que as receitas comparadas com janeiro de
374 2015 teve crescimento de aproximadamente 10% (dez por cento) mais de pagantes da cota
375 única e um aumento de 80% (oitenta por cento) de parcelamentos. O aumento real da
376 receita foi de 15% (quinze por cento). Solicitando o uso da palavra, o Senhor Conselheiro
377 Fernando Ferrari Filho reiterando o que disse na Plenária anterior, o fato de os boletos
378 terem sido enviados em 04/01/16 não comprometeu o Orçamento desta Gestão como fora
379 afirmado por alguns. Ademais, ressaltou que o incremento, em 2016, da receita de cota
380 única em relação à receita de 2015 foi ao redor de 25% (vinte e cinco por cento);
381 considerando-se que o aumento da anuidade foi de 9,08% (nove vírgula zero oito por cento),
382 logo o crescimento real da receita com a cota única foi de quase 15% (quinze por cento).
383 No que diz respeito à interiorizações, informou que, apesar de em 2015 ter participado de
384 quatro interiorizações, os seus custos para o Corecon-RS, conforme documento recebido
385 pelo Conselho para declaração do Imposto de Renda na rubrica "diárias recebidas", com
386 diárias no exercício passado foi somente de R\$ 249,00 (duzentos e quarenta e nove reais).
387 **ASSUNTOS GERAIS** – a) Tempo de duração das Plenárias: o Senhor Conselheiro Leandro
388 André Höerlle destacou a importância de os Conselheiros terem ciência de que as sessões
389 antes eram quinzenais e, portanto, com tempo mais reduzido, e agora sendo mensais o
390 tempo pode exceder um pouco e, importante que todos ou ao menos a grande maioria fique
391 até final da Sessão. Finalizando, sugeriu que a Comissão de Eventos organize, em face da
392 crise atual, um evento que possa ajudar os profissionais a auxiliarem nas questões de
393 governo. O senhor Conselheiro Fernando Ferrari Filho destacou a proposta apresentada
394 pelo Senhor Conselheiro Clovis Benoni Meurer no sentido de que fosse reservada uma arte
395 das plenárias para discussão de conjuntura econômica. A Senhora Presidente informou que
396 este assunto talvez tenha mais identificação com a Comissão 1.1 antes mencionada.
397 **ENCERRAMENTO** – Nada mais havendo para ser tratado e ninguém mais desejando fazer
398 o uso da palavra, foi a presente Sessão encerrada às treze horas e trinta minutos, da qual
399 foi lavrada a presente Ata que após lida e aprovada será assinada por mim Gerente
400 Executiva e pela Senhora Presidente.
401



Helena Edi Cruz
Gerente Executiva



ECON. SIMONE MAGALHÃES
Presidente